



Benefícios pressionam o déficit

A folha de pagamentos da administração pública federal tem cerca de 2 milhões de nomes. Desse total, 53% são funcionários ativos; 22%, inativos e 23%, pensionistas. Trata-se, portanto, de um funcionário trabalhando para um aposentado. Considerando-se o critério de que os ativos pagam pelos inativos, essa relação indica que os ativos deveriam ganhar o dobro dos inativos e recolher 50% de seu salário a Previdência, para pagar aposentados e pensionistas.

Como não é isso que acontece, porque obviamente é inviável, o dinheiro para pagar os aposentados e pensionistas tem de sair do caixa

do governo federal e essa é uma poderosa pressão de déficit.

Na Previdência em geral, a situação é menos ruim, mas grave. São 25 milhões de trabalhadores na ativa para 10 milhões na folha da Previdência, aproximando-se de uma relação de 1 ativo para dois inativos. Em 1970, por exemplo, a relação era de 1 para 4.

De lá para cá, cresceram as aposentadorias por idade (de gente com menor remuneração e pessoas que, em geral, não contribuiram para a Previdência), cresceram muito as aposentadorias por invalidez (fonte de muitas suspeitas) e cresceram mais que todas as apo-

sentadoras por tempo de serviço (trabalhadores na fase dos 50 a 55 anos).

Continuando assim, em 1992, estarão sendo pagas aposentadorias no Brasil equivalentes a 5% do Produto Interno Bruto. O governo quer definir fontes não inflacionárias para pagar isso. E quer também extinguir as aposentadorias por tempo de aposentadoria (tem uma expectativa de vida até 74 anos (homens) e 77 serviço). Não acha injusto: esse pessoal de 55 anos (com tempo de (mulheres). Portanto, aposentando-se aos 60, como quer o Emendão, ainda sobra bom tempo de fruição, diz Macedo.